

Falta investimento, dizem economistas

Especialistas com passagem pelo governo e que hoje apóiam Lula vêem retomada com restrições

Otto Filgueiras
de São Paulo

A retomada do crescimento da economia brasileira em 2004 já é um fato, mas "é muito cedo ainda para se fazer uma afirmação de que o País está entrando num novo ciclo de desenvolvimento", disse ontem o economista Luiz Gonzaga Beluzzo, professor visitante da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ele foi um dos mentores do Plano Cruzado, implementado em 1986 durante o governo José Sarney, e, já calejado com clima de euforia, disse que, "por enquanto estamos saíndo de um ciclo depressivo muito longo e a economia está começando a se recuperar".

Embora tenha apoiado a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, e não faça oposição ao atual governo do Partido dos Trabalhadores (PT), Beluzzo é crítico em relação a política econômica da administração petista e ao seu modelo de desenvolvimento para o País. Ele disse que a taxa de investimento no Brasil, que no ano passado foi de apenas 18,2% do Produto Interno Bruto (PIB), ainda é muito baixa para assegurar um crescimento sustentável da economia brasileira. Beluzzo citou o fato de que, na época do "milagre econômico", quando o Brasil cresceu a taxas superiores a 10% ao ano, a taxa de investimento era de 30% em relação ao PIB.



Luiz Gonzaga Beluzzo

Beluzzo disse também que a estrutura do crescimento brasileiro está ainda para ser reavaliada, e discordou das afirmativas do governo de que o agronegócio vai puxar o desenvolvimento, através das exportações. "Mesmo que as vendas externas tenham crescido muito, não significa, por causa das características da economia brasileira, que isto vai garantir o crescimento de longo prazo", disse.

O deputado Antonio Delfim Neto (PP-SP), que foi ministro da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura durante o regime militar, e que agora apoia o governo petista, disse que a retomada é importante, porque, no primeiro ano da administração Lula, em 2003, ocorreu uma redução de 0,2% do PIB. Segundo o deputado, "o crescimento vem vindo, as exportações aumentaram

bem, o agronegócio também, a indústria parece que vai deslanchar e, por isso, acredito que o PIB caminha para crescer até 4% neste ano". Delfim disse que os empresários precisam acreditar no crescimento e fazer os investimentos, porque, segundo ele, "a crença geral de que o Brasil vai crescer é importante", pois o aspecto subjetivo ajuda o empresariado a tomar a decisão de investir e, consequentemente, dá suporte ao desenvolvimento.

O deputado disse que "o balanço positivo das exportações é fundamental para o País caminhar na direção de eliminar as restrições externas". Segundo ele, a relação dívida/PIB melhorou, e a relação dívida externa/exportações, que ao final do governo Fernando Henrique Cardoso estava em 3,24, agora diminuiu para 2,56. O deputado afirmou que "com o aumento das vendas externas a relação amortização mais juros sobre exportações

também está ficando mais favorável". Para Delfim, a exportação cria demanda e aquece o mercado interno: "Quando vendemos um par de sapatos no exterior, o valor adicional fica aqui dentro", disse ele.

Beluzzo disse que as exportações aquecem o mercado interno, porque o Brasil tem "um complexo

agroindustrial considerável, envolve um conjunto de atividades que têm mais peso na economia hoje do que no passado, e há uma indústria de insumos, incluindo implementos agrícolas, tratores e caminhões, que fomenta o mercado interno".

O economista ressaltou que "o problema da economia brasileira hoje é que não há instituições capazes de coordenar o investimento público e o investimento privado". Beluzzo disse que "o investimento público também caiu muito e enquanto os dois — público e privado — não se recuperarem, dificilmente vamos ter a economia brasileira deslanchando". Segundo ele, "mesmo no caso da China, que cresce a taxas muito altas, não são as exportações que puxam o crescimento, as vendas externas geram divisas para eles, o que puxa o desenvolvimento da economia chinesa são os gastos domésticos, os investimentos privado e público".

De acordo com Beluzzo, "para

ocorrer um período de crescimento duradouro no Brasil e com taxas de uns 7% ao ano, ou mesmo de 4% que estão prometidos para este ano, é preciso fazer com que as exportações se mantenham para garantir o superávit comercial, e baixar os juros para que o investimento privado possa responder e para que o investimento público aumente".

Beluzzo disse também que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central mantém a taxa básica de juros (Selic) elevada "porque se orienta por um modelo que pretende controlar a inflação com juros altos, mas é ineficaz, pois a inflação atual na economia brasileira é produto do choque de oferta, que é transmitida pelos preços das tarifas públicas indexadas ao câmbio e essa política não vai conseguir debelar".

Ele disse que as empresas privadas que compraram estatais estão garantindo a correção dos seus ativos pelo dólar e,

quando há desvalorização do câmbio, automaticamente ocorre o aumento dos preços das tarifas públicas

indexadas e esse reajuste é repassado ao consumidor final.

Para Beluzzo, o fato de apenas os preços públicos estarem indexados "provoca uma perda brutal na renda dos trabalhadores

e das empresas, que não estão com os salários e nem com os seus preços indexados". Segundo ele, é preciso alterar o mecanismo da indexação dos preços públicos, porque essas empresas só deveriam corrigir as tarifas de acordo com o aumento dos custos da sua atividade econômica. "Como os salários e os outros preços não estão indexados, o mecanismo de indexar apenas as tarifas públicas está mudando a relação dos preços públicos com os outros preços e os salários", disse Beluzzo.

O deputado Delfim Neto também criticou o Copom, mas disse que "o Banco Central já fez o estrago que tinha para fazer, e, daqui para frente, não tem mais estragos para fazer e vai ter que reduzir os juros". Delfim disse que o Banco Central perdeu a oportunidade de diminuir a taxa básica de juros do patamar atual de 16%, quando as condições externas estavam mais favoráveis e não havia pressão inflacionária no Brasil. Hoje, disse o deputado, o cenário ex-

terno é diferente, os preços do petróleo estão subindo no mercado internacional e o Banco Central norte-americano está elevando sua taxa de juros. Mas Delfim disse acreditar que "o Brasil está na direção correta, corrigindo e diminuindo a dependência externa".

Além de taxa de juros muito alta, Beluzzo disse que outra dificuldade para o setor privado investir é o fato de só existir uma fonte de crédito de longo prazo, que é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), porque os bancos privados "carregam basicamente papéis públicos, as taxas de juros anuais já são muito elevadas, praticamente não há crédito de longo prazo no setor bancário privado, não há um mercado de capitais também minimamente eficiente" e tudo isso, segundo ele, "são fatores que dificultam e bloqueiam o investimento privado".

Beluzzo disse que "as exportações são fundamentais para gerar divisas e aliviar diversas restrições que as economias latino-americanas têm de constrangimento quando começam a crescer, a exemplo dos problemas no balanço de pagamentos". Por isso, disse ele, é muito importante insistir numa política agressiva de exportações, até porque ela ajuda a melhorar a qualidade da pauta dos produtos brasileiros vendidos ao exterior, principalmente aqueles com alto valor agregado.

Mas, o economista ressalva que "é preciso ter claro que isso não é suficiente, e é necessário um acompanhamento por parte do gasto público que só vai funcionar se o investimento privado responder com muito vigor". E o investimento privado só vai responder positivamente, segundo Beluzzo, se a taxa de juros for bem mais baixa da atual. Ele disse que "muitas vezes as pessoas omitem os aspectos de dimensão financeira das restrições, como se os problemas fossem apenas de restrições físicas".

"Não podemos esquecer", disse Beluzzo, "que durante a década de 1970, no regime militar, foram criadas as condições para a crise que ocorreu a partir da década de 1980, porque se fez um endividamento externo inadequado".



Antonio Delfim Neto